



audidores e consultores

São José do Rio Preto, 31 de agosto de 2017.

À
Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Mogi Mirim/SP
A/C Sr. Milton Braz Bonatti
Provedor

REFERENTE RELATÓRIO DE CONSTATAÇÕES FACTUAIS

Pelo presente encaminhamos à Vossa Senhoria 02 (duas) vias do RELATÓRIO DE constatações factuais como resultado dos nossos exames das movimentações financeiras (arrecadação e pagamentos), patrimoniais (aquisição e utilização de bens e estoques) e econômicas (geração de receitas e despesas, inclusive de honorários médicos e funcionários) da Santa Casa de Misericórdia de Mogi Mirim/SP ocorridas no exercício de 2016.

O presente relatório é composto de 38 folhas, expondo os fatos de forma analítica em 07 capítulos, quais sejam:

(17) 98800-7129 | (17) 98800¹-9115
www.odecisivo.com.br



CÓPIA DE DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR: ILDAMAR VIRGINIA CIORLIA DA MATTIA OLIVEIRA. Sistema e-TCESP. Para obter informações sobre assinatura e/ou ver o arquivo original acesse <http://e-processo.tce.sp.gov.br> - link Validar documento digital e informe o código do documento: 1-GXAT-88OU-67UJ-61IM



auditores e consultores

1. Da situação econômica, financeira e patrimonial da Santa Casa de Misericórdia de Mogi Mirim no exercício de 2016
 - 1.1. Da situação econômica da Irmandade
 - 1.2. Da situação patrimonial da Irmandade
 - 1.3. Da situação financeira da Irmandade
2. Da análise da geração de receitas e da arrecadação
 - 2.1. Das receitas e arrecadação do SUS
 - 2.2. Das receitas e arrecadação de Convênios particulares
 - 2.2.1. Da análise de glosas
 - 2.3. Das receitas e arrecadação de subvenções para investimentos
3. Da análise da geração de custos/despesas e dos pagamentos
 - 3.1. Das despesas com serviço de higienização
 - 3.2. Da inconsistência nos registros do uso do material Capilar
 - 3.3. Do descontrole dos gastos de horas extras
 - 3.4. Do custo e da quantidade de gerentes
 - 3.5. Dos pagamentos de visitas médicas horizontais na UTI adulto
 - 3.6. Da quarteirização de coordenações
4. Conclusão geral
5. Escopo dos trabalhos
6. Metodologia adotada
7. Encerramento

Esperando ter atendido a contento, nos colocamos à disposição para eventuais esclarecimentos.

Cordialmente,

(17) 98800-7129 | (17) 98800²-9115
www.odecisivo.com.br

CÓPIA DE DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR: ILDAMAR VIRGINIA CIORLIA DA MATTIA OLIVEIRA. Sistema e-TCESP. Para obter informações sobre assinatura e/ou ver o arquivo original acesse <http://e-processo.tce.sp.gov.br> - link Validar documento digital e informe o código do documento: 1-GXAT-88OU-67UJ-61IM



1. Da situação econômica, financeira e patrimonial da Santa Casa de Misericórdia de Mogi Mirim no exercício de 2016
 - 1.1. Da situação econômica da Irmandade
 - 1.2. Da situação patrimonial da Irmandade
 - 1.3. Da situação financeira da Irmandade
2. Da análise da geração de receitas e da arrecadação
 - 2.1. Das receitas e arrecadação do SUS
 - 2.2. Das receitas e arrecadação de Convênios particulares
 - 2.2.1. Da análise de glosas
 - 2.3. Das receitas e arrecadação de subvenções para investimentos
3. Da análise da geração de custos/despesas e dos pagamentos
 - 3.1. Das despesas com serviço de higienização
 - 3.2. Da inconsistência nos registros do uso do material Capilar
 - 3.3. Do descontrole dos gastos de horas extras
 - 3.4. Do custo e da quantidade de gerentes
 - 3.5. Dos pagamentos de visitas médicas horizontais na UTI adulto
 - 3.6. Da quarteirização de coordenações
4. Conclusão geral
5. Escopo dos trabalhos
6. Metodologia adotada
7. Encerramento

Esperando ter atendido a contento, nos colocamos à disposição para eventuais esclarecimentos.

Cordialmente,

(17) 98800-7129 | (17) 98800²-9115
www.odecisivo.com.br



auditores e consultores

Mas já na primeira análise à referida demonstração contábil verificamos que as despesas e custos da Santa Casa de Mogi Mirim foram superiores às receitas em R\$.2.801.615,22 (*dois milhões, oitocentos e um mil, seiscentos e quinze reais e vinte e dois centavos*) no exercício de 2016, que corresponde à um déficit médio mensal de mais de R\$.230.000,00 (*duzentos e trinta mil reais*) e evidencia a necessidade de corde de gastos e aumento de receitas sob pena de risco da continuidade da entidade.

Considerando apenas os resultados das operações da Santa Casa de Mogi Mirim, que envolvem as receitas das produções hospitalares para o SUS, Particulares e Convênios diversos e as despesas e custos dos serviços prestados, constatamos que o déficit operacional bruto foi ainda maior, no montante de R\$.11.561.728,32 (*onze milhões, quinhentos e sessenta e um mil, setecentos e vinte e oito reais e trinta e dois centavos*), que corresponde à mais de 34% (*trinta e quatro por cento*) ou a terça parte das receitas operacionais líquidas, que são aquelas já descontados os repasses de honorários médicos terceirizados e glosas de receitas operacionais.

Para diminuir o déficit operacional bruto a Santa Casa de Mogi Mirim recebeu assistências governamentais, por meio de subvenções, e particulares, através de donativos, doações e outros, e contou ainda com as isenções fiscais da cota patronal do INSS, da COFINS sobre a receita bruta e do PIS sobre a folha de pagamento, mas esses benefícios foram insuficientes para reverter a situação econômica da entidade.

(17) 98800-7129 | (17) 98800⁵-9115
www.odecisivo.com.br

E para verificar se os exercícios anteriores também geraram déficits para a Irmandade da Santa Casa de Mogi Mirim, examinamos o relatório elaborado pelo contador da entidade, Sr. Sebastião dos Anjos Queiróz, sobre a evolução da situação econômica/financeira da Santa Casa de Mogi Mirim relativas aos exercícios de 2006 e 2016 (anexo 02) e constatamos que a partir de 2010 os déficits são ininterruptos e seus picos ocorreram em 2012 e 2015, vejamos:

Resultado Anual			
Exercício	Receitas	Despesas	Superávit (Déficit) do Exercício
2006	18.651.258,00	17.992.061,00	659.197,00
2007	21.579.218,00	20.842.972,00	736.246,00
2008	25.103.282,00	25.490.733,00	-387.451,00
2009	24.757.031,00	24.393.793,00	373.248,00
2010	29.817.793,00	31.917.420,00	-2.099.627,00
2011	33.046.309,00	35.251.639,00	-2.205.330,00
2012	31.752.094,00	35.468.619,00	-3.716.525,00
2013	37.978.962,00	40.506.183,00	-2.527.221,00
2014	44.097.419,00	45.513.558,00	-1.416.149,00
2015	45.559.197,00	50.392.833,00	-4.833.636,00
2016	48.325.826,00	51.117.442,00	-2.791.616,00
Total	360.469.378,00	378.929.043,00	-18.459.665,00

Evolução anual				
Exercício	Receitas	Despesas	Receita (-) Despesa	Diferença acumulada
2006				
2007	14,84%	15,29%	-0,45%	-0,45%
2008	17,44%	20,39%	-2,95%	-3,40%
2009	-1,44%	-4,39%	3,00%	-0,40%
2010	20,43%	30,91%	-10,48%	-10,88%
2011	20,89%	20,49%	0,40%	-10,48%
2012	-3,99%	0,74%	-4,69%	-15,17%
2013	19,67%	14,14%	5,53%	-9,64%
2014	16,19%	13,49%	2,70%	-6,94%
2015	2,39%	10,76%	-7,49%	-14,43%
2016	6,19%	1,59%	4,60%	-9,83%
Total	103,19%	114,56%	-11,37%	

É importante destacar que o desequilíbrio entre as receitas e despesas causa complicações da situação patrimonial, com aumento de dívidas da entidade, o que é explicitado em seu patrimônio líquido negativo, e da situação financeira, haja vista que a falta de caixa para manter o pagamento de fornecedores, funcionários e prestadores de serviços, leva à necessidade de obtenção de recursos de terceiros, mas os juros das operações de crédito elevam as dívidas e agravam ainda mais o aspecto patrimonial, criando um círculo vicioso.

[Assinatura]



audidores e consultores

1.2. Da situação patrimonial da Irmandade

Examinando o balanço patrimonial dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 constatamos que a situação patrimonial da entidade está crítica, haja vista que, mesmo que fossem utilizados todos os bens e direitos da entidade para quitar as dívidas existentes, ainda restaria R\$.11.896.035,05 (onze milhões, oitocentos e noventa e seis mil, trinta e cinco e cinco centavos) em dívidas a pagar.

Ativo	2.016	2.015	Varição
Disponibilidades	323.363,97	1.160.990,99	-72%
Realizável a Curto Prazo	8.708.952,10	8.213.831,24	6%
Realizável a Longo Prazo	479.399,25	391.599,46	21%
Imobilizado	10.420.562,57	10.408.247,07	0%
TOTAL DO ATIVO	17.924.167,89	18.242.047,65	-2%

Passivo	2.016	2.015	Varição
Obrigações Previdenciárias	1.863.898,70	391.276,78	373%
Financiamentos Imobilizados	368.414,72	90.191,25	307%
Obrigações Trabalhistas	1.844.169,09	710.828,30	159%
Outras obrigações de curto prazo	1.041.009,04	439.450,34	187%
Contas a pagar	295.536,91	141.285,78	109%
Obrigações Tributárias	524.193,31	279.936,57	84%
Credores por serviços médicos	1.925.369,06	1.013.454,06	90%
Fornecedores	2.872.279,44	1.695.141,42	70%
Provisão de férias a pagar	1.409.653,09	1.317.050,75	6%
Honorários médicos a repassar	936.364,04	916.231,74	2%
Provisões para contingências	458.930,13	485.207,00	-6%
Impostos parcelados	1.131.669,75	1.384.671,88	-18%
Obrigações com Instituições Financeiras	14.119.111,87	17.561.619,99	-20%
FGTS - Parcelamento administrativo	437.416,81	549.369,27	-20%
FEHOSP parcelamento	2.019,98		
Receitas de doações vinculadas a realizar	527.434,97		
TOTAL DAS OBRIGAÇÕES	29.820.202,94	26.938.984,91	11%
PASSIVO A DESCOBERTO	-11.896.035,05	-8.696.937,26	37%



CÓPIA DE DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR: ILDAMAR VIRGINIA CIORLIA DA MATTIA OLIVEIRA. Sistema e-TCESP. Para obter informações sobre assinatura e/ou ver o arquivo original acesse <http://e-processo.tce.sp.gov.br> - link Validar documento digital e informe o código do documento: 1-GXAT-88OU-67JI-61IM

No comparativo com o balanço patrimonial findo em 31 de dezembro de 2015, constatamos que a situação agravou-se durante o exercício de 2016, uma vez que, se todos os ativos fossem utilizados para quitar os passivos em 2015, ainda haveria dívidas a pagar no montante de R\$.8.696.937,26 (oito milhões, seiscentos e noventa e seis mil, novecentos e trinta e sete reais e vinte e seis centavos), o que é muito ruim mas menos pior que a situação vista em 2016.

1.3. Da situação financeira da Irmandade

A Demonstração do Fluxo de Caixa dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2016 demonstra claramente o círculo vicioso descrito no item 1.1 deste documento, haja vista que o ano de 2015 foi caracterizado pela obtenção de empréstimos e por sua utilização para financiamento das atividades operacionais e o ano seguinte pela inadimplência das obrigações das mesmas atividades operacionais para pagamento dos referidos empréstimos, vejamos:

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA		
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS (UTILIZADO PARA FINANCIAMENTO DAS)	2.016	2.015
Atividades Operacionais <i>(Convênios a receber, SUS a receber, fornecedores, funcionários, médicos, etc)</i>	3.498.241,26	-4.458.660,72
Atividades de Investimentos <i>(Doações vindicadas, subvenções para in. etc, outros gastos compra, mobilização)</i>	-825.861,09	-120.431,48
Atividades de Financiamentos <i>(Empréstimos, provisões de contingências, parcelamentos, etc)</i>	-1.834.947,11	5.488.600,08
VARIAÇÃO LÍQUIDA DAS DISPONIBILIDADES	-837.566,91	908.267,91



auditoras e consultoras

Também as análises dos índices de liquidez, que evidenciam o grau de solvência da entidade e sua capacidade de pagamento sob diversos aspectos, comprovam o agravamento da crise financeira vivida pela Santa Casa de Misericórdia de Mogi Mirim no ano de 2016, como demonstramos:

Em 2015, segundo o Índice de Liquidez Geral, os recebíveis totais da entidade correspondiam a 29% (*vinte e nove por cento*) de todas as obrigações já assumidas, mas no ano seguinte esse percentual caiu para 25% (*vinte e cinco por cento*), indicando a escassez de recursos financeiros em detrimento às obrigações existentes.

Já o Índice de Liquidez Corrente revela que em 2015 as disponibilidades e recebíveis em curto prazo da Santa Casa de Mogi Mirim era equivalente à 66% (*sessenta e seis por cento*) das obrigações com vencimento para os próximos 12 meses e em 2016 esse índice caiu para 40% (*quarenta por cento*).

Por fim o Índice de Liquidez Imediato, que compara as disponibilidades com as obrigações vencíveis nos próximos 360 dias, revela que em 2015 a soma dos saldos de caixa, bancos e aplicações financeiras representava 10 % (*dez por cento*) do passivo exigível a curto prazo e em 2016 representava apenas 2% (*dois por cento*).

Índices de Liquidez		2.016	2.015
Geral	(<i>recebíveis gerais vs obrigações gerais</i>)	25%	29%
Corrente	(<i>recebíveis curto prazo vs obrigações curto prazo</i>)	40%	66%
Imediato	(<i>disponibilidades vs obrigações curto prazo</i>)	2%	10%

CÓPIA DE DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR: ILDAMAR VIRGINIA CIORLIA DA MATTIA OLIVEIRA. Sistema e-TCESP. Para obter informações sobre assinatura e/ou ver o arquivo original acesse http://e-processo.tce.sp.gov.br - link Validar documento digital e informe o código do documento: 1-GXAT-88OU-67JI-61IM



CÓPIA DE DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR: ILDAMAR VIRGINIA CIORLIA DA MATTIA OLIVEIRA. Sistema e-TCESP. Para obter informações sobre assinatura e/ou ver o arquivo original acesse <http://e-processo.tce.sp.gov.br> - link "Validar documento digital" e informe o código do documento: 1-GXAT-88OU-67UJ-61IM

2. Da análise da geração de receitas e da arrecadação.

Para testar a geração de receitas e a arrecadação da Santa Casa de Mogi Mirim examinamos a Demonstração do Superávit e Déficit do Exercício e verificamos que suas principais fontes de recursos são as seguintes:

- Receitas SUS;
- Receitas de Particulares e outros convênios;
- Receitas de Subvenções;
- Receitas com Donativos e outras doações; e
- Outras Receitas.

Assim, examinamos por amostragem as principais receitas e doravante passamos a expor os pontos que entendemos relevantes:

2.1. Das receitas e arrecadação do SUS

Para checar a arrecadação do SUS, solicitamos o Relatório de Convênios Públicos Vigente no exercício de 2016 (anexo 03) e, em arquivo PDF, o razão contábil de todas as contas correntes do período (anexo eletrônico I) e os cotejamos com a Listagem de Pagamentos por Fornecedor (anexo eletrônico II), emitida via Portal da Transparência da Prefeitura Municipal de Mogi Mirim, não tendo sido constatadas diferenças.

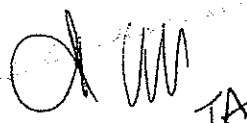
Isso porque as transferências de recursos da Prefeitura Municipal para a Santa Casa, que constam no Portal da Transparência, foram encontradas nos registros de ingressos de recursos nas contas correntes do hospital.

Na sequência examinamos os faturamentos de AIH – Autorização de Internação Hospitalar do exercício de 2016 (anexo 04) e constatamos que houve utilização de OPME - Órteses, Próteses e Materiais Especiais em procedimentos cirúrgicos de urologia, ortopedia e neurologia que não são pagos pelo SUS por não serem contemplados pelo Sistema ou por serem incompatíveis com a Tabela SUS, restando à Santa Casa de Mogi Mirim suportar os custos de sua utilização, que geraram prejuízos de R\$.118.688,98 (*cento e dezoito mil, seiscentos e oitenta e oito reais e noventa e oito centavos*), como demonstramos:

mês	Órteses e Próteses	Neurocirurgia	Total
janeiro	582,59	9.580,25	10.162,84
fevereiro	1.775,89	4.314,50	6.090,39
março	5.001,43	3.430,00	12.431,43
abril	787,60	6.110,00	6.907,60
maio	757,43	10.151,26	10.908,69
junho	1.645,65	17.350,00	18.995,65
julho	7.117,17	16.249,50	23.366,67
agosto	3.791,14	2.551,26	6.342,40
setembro	356,78	150,00	506,78
outubro	1.690,89	1.150,14	2.841,02
novembro	1.861,64	11.850,00	13.711,64
dezembro	5.423,67	-	5.423,67
TOTAL	30.802,07	87.836,91	118.688,98

2.2. Das receitas e arrecadação de Convênios particular

Para checar as receitas e a arrecadação de convênio privados, solicitamos ao encarregado pelo departamento de informática a produção de dois relatórios informatizados, contendo no primeiro todos os medicamentos faturados no exercício, por data, convênio e valor unitário, e no segundo a tabela Brasíndice, que é inserida mensalmente no software utilizado pela Santa Casa para definir o valor correto que poderia ser cobrado dos planos de saúde.





audidores e consultores

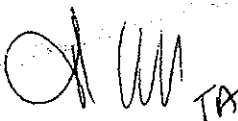
O guia Brasíndice é uma tabela publicada por empresa especializada, onde constam preços de medicamentos vendidos no Brasil, o preço de fábrica (PF) e o preço máximo ao consumidor (PMC), além das alíquotas de ICMS aplicáveis nos diversos Estados da Federação.

Esta tabela é antiga conhecida no meio hospitalar, de modo que grande parte dos contratos de prestação de serviços hospitalares usa esta tabela como referencial para negociações, uma vez que reflete o custo efetivo do medicamento, assim como utiliza a CBPHM (Classificação Brasileira Hierarquizada de Procedimentos Médicos), para orientar a definição dos preços dos procedimentos.

Desta forma, pretendíamos checar sistematicamente e eletronicamente todos os valores efetivamente faturados a menor que o permitido, obtendo, ao final do teste, o montante eventualmente não requisitado dos convênios e particulares.

Entretanto, após inúmeras tentativas, o encarregado pelo departamento de informática respondeu-nos que não seria possível gerar o segundo relatório, muito embora sejam registrados mensalmente no sistema os dados do guia Brasíndice, o que foi ratificado por funcionário da própria empresa fornecedora do software.

Assim, restou-nos selecionar alguns medicamentos por amostragem em um determinado mês e efetuar a conferência manualmente, o que diminuiu drasticamente o universo estatístico a ser examinado.

 TA

(17) 98800-7129 | (17) 98800-9115
www.odecisivo.com.br



auditor e consultor

Para exemplificar a dificuldade imposta pela falta de relatório informatizado do Brasíndice mensal, em junho de 2016, que selecionamos para a conferência, escolhemos 20 medicamentos que tiveram 4.889 unidades faturadas dentro do universo de 301 tipos de remédios que geraram cobranças de 59.292 unidades (anexo eletrônico III).

E mesmo sendo tão pequena a amostra selecionada, constatamos que, pelos dados de faturamento fornecidos pelo departamento de informática, a Santa Casa de Mogi Mirim deixou de cobrar o montante de R\$.13.272,41 (treze mil, duzentos e setenta e dois reais e quarenta e um centavos) em medicamentos à particulares e convênios no mês de junho de 2016.

Medicamento	Perda estimada total	Perda estimada %
Cefazolin 1 G 50 FA	467,63	70%
Cetoprofeno 100MG	284,92	41%
Cloreto de sódio; 0,9% 1000 ml	46,04	10%
Cloreto de sódio; 0,9% 500 ml	272,74	29%
Cipro 400 mg in, Fresco 200 m	1.095,05	236%
Clexane 40 mg	334,63	59%
Ringer Clorato - fresco fr	304,46	22%
Ketlin 2 g FA s/dil, Cx/50	7,13	23%
Masosin 4,5 gr fresco	8.950,62	158%
Água destilada 100 ml	40,46	6%
Dipirona 1 m.	35,56	17%
Mexronidato. 100 m.	93,81	91%
Cloreto de sódio 100 m.	1.196,05	45%
Cloreto de sódio 20% ampola 10 m.	11,75	294%
Água destilada 10 m	40,46	28%
Cloreto de sódio; 0,9% 10 m	113,11	17%
Glicose 30% 10 m.	5,13	50%
Soro de glicofiso 500 m	16,05	135%
Bicarbonato de sódio 8,4% 150 ml	1,01	6%
Soro de glicofiso 1000 m	42,68	87%
TOTAIS	13.272,41	

É importante ressaltar que esse montante foi apurado considerando apenas 20 medicamentos e em um mês do ano de 2016, o que significa que, caso seja possível efetuar o mesmo levantamento eletronicamente em todas as unidades de todos os meses, o montante apurado provavelmente será maior.

(17) 98800-7129 | (17) 98800-9115
www.odecisivo.com.br

2.2.1. Da análise de glosas

Para examinar as glosas do período, solicitamos o Relatório de Glosas do mês de julho de 2016 (anexo 05) e constatamos que a Unimed glosou de uma só conta o montante de R\$.5.151,24 (*cinco mil, cento e cinquenta e um reais e vinte e quatro centavos*) e, segundo o relatório, a Santa Casa não ofereceu recursos contra essas glosas.

A Conta com tamanhas glosas é a de número 1191085 e o principal item glosado é o Oxigênio por Hora, no valor unitário de R\$.4.256,64 (*quatro mil, duzentos e cinquenta e seis reais e sessenta e quatro centavos*) divididos em 8 cobranças de R\$.532,08 (*quinhentos e trinta e dois reais e oito centavos*), o qual foi baixado com o Motivo 8, denominado "Outros".

Na busca por mais informações acerca da glosa de valor tão relevante ter sido glosada por motivo não especificado e aceita pela Santa Casa, obtivemos da encarregada pelo departamento do faturamento uma planilha contendo o atendimento 21349646, relativo à conta 1191085, que descreve que o "motivo de não recursar" é que o item é "baixa saturação do paciente".

Além da glosa nesse atendimento, a planilha demonstra que houve outras glosas de Oxigênio pelo mesmo motivo na referencia julho/2016, no valor total de R\$.8.390,63 (*oito mil, trezentos e noventa reais e sessenta e oito centavos*).

